

I CONGRESSO CRIM/UFMG

GÊNERO E INTERFACES COM SAÚDE FÍSICA E MENTAL

G326

Gênero e interfaces com saúde física e mental [Recurso eletrônico on-line] I Congresso
CRIM/UFMG: UFMG – Belo Horizonte;

Organizadores: Luiza Martins Santos, Mariana Karla de Faria e Raíssa Emmerich Santana
- Belo Horizonte: UFMG, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-366-5

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Gênero, feminismos e violência.

1. Violência de Gênero. 2. Saúde. 3. Mulher. I. I Congresso CRIM/UFMG (1:2021: Belo Horizonte, MG).

CDU: 34



I CONGRESSO CRIM/UFMG

GÊNERO E INTERFACES COM SAÚDE FÍSICA E MENTAL

Apresentação

O CRIM/UFMG é um Programa de extensão universitária da UFMG sobre violência de gênero, proveniente do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão em Crimes Contra a Mulher criado em 2019 por um grupo de estudantes universitárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que perceberam a necessidade de ampliar o espaço de debates, denúncias e enfrentamento da violência de gênero dentro da instituição.

O objetivo do Programa é trazer para o grande público questões relevantes referentes ao combate à violência de gênero de forma didática e acessível, de modo a contribuir em diferentes perspectivas, a partir da atuação estudantil em frentes com Profissionais de Saúde, Educação, Infância e Juventude bem como na abordagem de acolhimento de migrantes e refugiadas. Dessa forma, entende-se a necessidade de se desenvolver atividades – que não se limitem ao espaço acadêmico - por meio da criação grupos de estudos, eventos, campanhas de conscientização sobre o tema, além de ministrar oficinas, cursos e capacitação que abordem os diversos tipos de violências de gênero numa perspectiva de promoção da igualdade de gênero. Nesse sentido, o Programa, a partir de uma construção coletiva, busca romper com a cisão criada em uma sociedade desigual e assim, colocar como sujeitos políticos grupos historicamente marginalizados.

Nessa perspectiva, o I Congresso CRIM / UFMG - Gênero, Feminismos e Violência pretende incentivar o debate sobre os progressos e desafios em relação à temática gênero, considerando a integralidade da vivência do ser mulher em uma sociedade machista, cisgênera, heteronormativa, com claros atravessamentos de classe e raça.

O GT 5 - Gênero e Interfaces com Saúde Física e Mental se propôs a discutir experiências conexas ao gênero e saúde física e/ou mental, a partir da compreensão da saúde não apenas como uma ausência de doenças ou no seu aspecto biológico, mas sim como um produto de determinantes e barreiras sociais, econômicas, históricos e políticos. Assim, foram acolhidos os trabalhos que promoviam a reflexão sobre o gênero, como direitos reprodutivos/sexuais, esterilização, violência obstétrica, violência doméstica, papéis de gênero entre outros. Esses temas se vincularam à saúde física e mental e os textos foram desenvolvidos mediante pesquisas de abordagens qualitativas e/ou quantitativas ao realizarem um estudo com relevância teórica e prática. Alguns pontos discutidos foram: 1. Direitos reprodutivos e/sexuais e questões relacionadas a humanização da saúde; 2. Depressão, ansiedade e gênero;

3. Violência Doméstica; 4. Assistência à vítima de violência e suas consequências na saúde; 5. Políticas Públicas voltadas para gênero e saúde; 6. Desigualdade de gênero entre profissionais da saúde; 7. O papel do cuidado na saúde da mulher; 8. Promoção e acesso à saúde; 9. Transexualidade e saúde e 10. Vulnerabilidades sociais e autonomia.

**"E EU NÃO SOU UMA MULHER?" UMA ANÁLISE SOBRE
ATRAVESSAMENTOS SOCIOPOLÍTICOS E O IMPACTO NA SAÚDE MENTAL
DE ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO EM ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL**

**"AND I AM NOT A WOMAN?" AN ANALYSIS OF SOCIOPOLITICAL
CROSSINGS AND THE IMPACT ON THE MENTAL HEALTH OF FEMALE
ADOLESCENTS IN INSTITUTIONAL CARE**

**Luana Luiza Galoni Pereira
Grazielly Ribas de Oliveira**

Resumo

O acolhimento institucional no Brasil é uma medida de última instância e provisória, contudo, existe um número relevante de crianças e adolescentes afastados da convivência familiar. Pensando nesse processo o presente trabalho teve como objetivo trazer uma discussão teórica de duas categorias de pertença, raça e gênero, de adolescentes do sexo feminino em acolhimento institucional. Para isso, serão abordados os impactos gerados pelo fenômeno da violência e os atravessamentos das categorias citadas, através de dados coletados de duas dissertações que abordam a temática. Considera-se urgente investir em ações que auxiliem essa população, garantindo-lhes direitos, evitando revitimizações e auxiliando seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Acolhimento institucional, Gênero e raça, Violência

Abstract/Resumen/Résumé

The institutional care in Brazil is a provisional measure, however, there is a relevant number of children and adolescents away from family. This work had as objective to bring a theoretical discussion of two categories of belonging, race and gender, of female adolescents in institutional care. In this regard, the impacts generated by the phenomenon of violence and the crossings of the aforementioned categories will be addressed, through data collected from two dissertations that address the theme. It is considered urgent to invest in actions that help this population, guaranteeing their rights, avoiding revictimization and helping their development.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Institutional care, Gender and race, Violence

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) prevê em seu Art. 5º que crianças e adolescentes não deverão ser alvo de negligências, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Diante disso, compreende-se que o contexto marcado pela violência contra crianças e adolescentes está relacionado aos “espectros que vão desde as relações abusivas sem trocas comerciais às explicitamente monetárias, que emerge do cenário socioeconômico de contradições de classes sociais e político” (MORESCHI, 2018, p. 358), configurando os vários tipos de violência como: violência estrutural, violência sexual, violência física, negligência e violência psicológica. Para Habigzang, Corte, Hatzenberger, Stroehrer e Koller, (2008) as consequências de violências sofridas na infância se colocam em três agrupamentos, sendo essas de ordem a) cognitivas: percepção de falta de valor e/ou culpa, desconfiança, dissociação, etc.; b) comportamentais: isolamento, agressões físicas e verbais, comportamento hipersexualizado, etc.; c) emocionais e físicas: coceira, infecção e inflamação nas regiões oral, retal e genital, desconforto com relação ao corpo, dores e doenças psicossomáticas, etc.

Compreende-se que a pobreza e a condições precárias de existência não são as únicas razões para que a população infanto-juvenil seja alvo da violação de seus direitos básicos (SILVA, 2004), as classes com status social mais alto também são geradoras de violência. No entanto, entende-se que a pobreza é um fator que pode potencializar a vulnerabilidade social das famílias, bem como a exposição das crianças e adolescentes aos vários tipos de violência citados anteriormente, que podem resultar no acolhimento institucional, familiar ou na adoção (BRASIL, 1990; SILVA, 2004). O ECA (BRASIL, 1990) em seu Artigo 19 estabelece que toda criança e adolescente tem o direito de ser criado e educado no seu ambiente familiar, em casos excepcionais poderá ser uma família substituída, mas a convivência familiar e comunitária será sempre assegurada para que seja garantido o seu desenvolvimento integral, entretanto, a realidade do Cadastro Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA, 2020), aponta que atualmente cerca de 32.791 crianças e adolescentes estão em acolhimento institucional e a maioria concentra-se na região Sudeste do país.

Através da literatura sobre o processo de institucionalização no Brasil, sabe-se que muitas crianças e adolescentes passaram por instituições e que os internatos possuíam um caráter de “limpeza” nas ruas do país. Nos séculos XIII e XIX os espaços de recolhimento no Rio de Janeiro e na Bahia, eram as Santas Casas de Misericórdia (RIZZINI; RIZZINI,

2004), os recolhimentos criaram divisões relacionadas à classe e a etnia/raça. Nesse cenário, o recolhimento era diferenciado para as “meninas indigentes” e para as “órfãs filhas de legítimo matrimônio”. Já com relação a separação racial, o colégio da Imaculada da Conceição acolheu em espaços separados as “órfãs brancas” e as “meninas de cor”. No que tange ao gênero, em 1854 o colégio passou a se chamar “Órfãs Brancas do Colégio Imaculada Conceição”, destinado ao ensinamento religioso, moral e formação de boas empregadas domésticas e donas do lar. Em 1872, cria-se o “Orfanato Santa Maria” no qual era destinado a formar de “empregadas domésticas e semelhantes” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 27).

Nesse trabalho traremos para analisar os impactos e atravessamentos sociais e culturais de gênero e raça em adolescentes do sexo feminino que sofreram algum tipo de violência e encontram-se em acolhimento institucional.

OBJETIVO GERAL

- Discutir teoricamente as categorias raça e gênero de adolescentes do sexo feminino em situação de acolhimento institucional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Trazer um recorte dos dados coletados em duas dissertações de mestrado sobre a temática;
- Abordar o fenômeno da violência e suas consequências na vida das adolescentes;
- Discutir sobre os atravessamentos de gênero e raça observados durante a coleta de dados.

METODOLOGIA

A discussão aqui trazida é pautada em um recorte da dissertação “A Inserção Ecológica em pesquisa com adolescentes do sexo feminino em acolhimento institucional: Analisando o processo de desligamento institucional por maioria” (GALONI, 2020), juntamente com a discussão teórica trazida por Oliveira (2021) na dissertação em andamento denominada “Avaliação da sexualidade de meninas adolescentes em acolhimento institucional”. A metodologia escolhida em ambas as dissertações foi a Inserção Ecológica pois essa permite uma maior imersão do pesquisador no contexto de análise, permitindo alcançar dados e resultados que poderiam fugir ao preenchimento de questionários e entrevistas somente (SACCO; KOLLER, 2016). Para tal, utilizou-se uma

combinação de diferentes métodos e instrumentos como: oficinas, diário de campo e entrevistas semiestruturadas. Participaram do primeiro estudo 4 profissionais da equipe técnica da referida casa de acolhimento, 3 psicólogas de uma ONG parceira da casa, 10 adolescentes acolhidas e 1 adolescente recém-desligada da instituição. As adolescentes encontravam-se em acolhimento há um ano ou mais, uma dessas adolescentes estava acolhida há dez anos. Em sua maioria, os motivos de acolhimento registrados no Plano Individual de Atendimento (PIA) representavam abandono e negligência, embora houvessem outros tipos de violência vinculados. Pode-se perceber que as meninas cujo motivo de acolhimento havia sido abandono e negligência eram as que encontravam-se há mais tempo na instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O recorte realizado pretende discutir os atravessamentos de raça e gênero que se sobrepõem ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de violência. No que se refere ao gênero, segundo Sousa e Brandão (2008) o processo de identidade no contexto sociocultural é complexo, passível de mudanças e transformações através das relações sociais. As adolescentes moradoras de comunidades periféricas passam por processos discriminatórios dentro de suas categorias de pertença: ser mulher, adolescente e moradora de bairros populares. O fato de ser mulher traz uma carga entendida como “naturalizada”, carregada por ideologias criadas a favor do poder e controle masculino e pautada em características como vaidade, sensibilidade e fragilidade - que são entendidas como próprias do sexo feminino (CORDEIRO; FILHO; SANTOS; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2010; SOUSA; BRANDÃO, 2008).

Beauvoir (1967) ao falar do “destino tradicional da mulher”, denuncia a existência de um conflito na mulher entre sua existência autônoma e os ensinamentos sobre servir, agradar e fazer-se objeto erótico - esses, lhe dão a ideia de que é preciso renunciar sua autonomia. Durante as conversas informais com a equipe, notou-se que haviam suspeitas de abuso sexual, e até mesmo casos de violência sexual explícita, embora esses não constavam no PIA das adolescentes como um dos motivos para o acolhimento, seja por se configurar apenas como uma suspeita, ou seja pelas condições nas quais ocorreu que pareciam responsabilizar as meninas, o que nos trouxe a reflexão sobre uma possível inviabilização da questão ou revitimização das adolescentes. Nos casos de violência sexual, nota-se certa inclinação por buscar uma culpa, mesmo que indireta, da vítima, ou uma justificativa por algum comportamento anterior da mesma (PEIXOTO; NOBRE,

2015). Apesar disso, a Constituição Federal (1988), o ECA (1990) e o Código Penal (1940) são bem exatos quanto a esse tipo de violência. Abuso, violência e exploração sexual de crianças e adolescentes são enquadrados no Código Penal (1940) como corrupção de menores (art. 218) e atentado violento ao pudor (art.214), caracterizado por violência física ou grave ameaça.

Consideramos dessa forma que a psicoeducação sobre direitos fundamentais da infância e adolescência e direitos sexuais se faz necessária na realidade das instituições de acolhimento, podendo agir como prevenção para possíveis revitimizações e também gerando autonomia e auxiliando-as a compreender o que as levou ao acolhimento, quais são e podem ser os desdobramentos legais disso, e, principalmente, colocando as como sujeito de direitos e não como corresponsáveis por suas violências.

A cor das adolescentes apresentou-se como uma lacuna nas informações apresentadas no PIA, segundo a técnica informante, a maioria se autodeclara enquanto pardas, e assim também aparece em seus documentos de registro. Porém a própria técnica relata que isso é um pouco complicado de categorizar, essa realidade também foi apresentada nos dados obtidos no SNA (2020), onde 64,3% das crianças e adolescentes acolhidos em território nacional não apresentam etnia declarada. Ao contrário de outras variáveis como idade, sexo, escolaridade onde as respostas são objetivas, as variáveis étnicas e raciais são influenciadas pelos padrões de inter-relacionamento étnico-racial existente em cada realidade local (PAIXÃO; CARNAVO, 2008). A variável racial é, sobretudo, uma variável social, ao se autodeclarar enquanto “pardo”, independente das efetivas origens, o fato é que essa está imersa numa sociedade estruturalmente racista e que não valoriza suas marcas raciais, pelo contrário, repugna. Há de se considerar assim que a dificuldade apresentada de categorização esbarra em crenças enraizadas desse macrossistema e que influencia em como as adolescentes se enxergam e também como a instituição e outros microssistemas as veem.

A frase emblemática de Beauvior (1967) “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, e o questionamento de Hooks (2014) “Não sou eu uma mulher?”, possibilitam a busca por compreender as dissemelhanças e distancias entre mulheres brancas e negras. Para Hooks (2014) a palavra homem, se refere aos homens brancos, a palavra negro se refere aos homens negros e a palavra mulheres se refere apenas as mulheres brancas Segundo a autora, o pensamento de que todas as mulheres são oprimidas pode ser refutado pelas diferenças existentes na história das mulheres negras e brancas, contudo, isso não

excluiria o fato de que o sexismo pode ser considerado uma dominação, mas em contrapartida também não determina o destino de todas as mulheres da mesma forma.

CONCLUSÃO

Posta a discussão, ressalta-se que a violência contra crianças e adolescentes é uma problemática de saúde pública, sendo um fenômeno multifatorial e multidimensional, que atravessa questões sociais, culturais e políticas da nossa sociedade. As variáveis de raça e gênero colocam-se como importantes atravessamentos estruturais de nosso macrosistema que interferem nesse fenômeno. As noções sobre sexualidade de crianças e adolescentes são construídas constantemente e a educação sexual apresenta-se como um tema que deve ser abordado prioritariamente no âmbito familiar, mas também em outros espaços de cuidado como escola, clubes, igrejas, e etc. A literatura aponta para o ambiente familiar como um dos principais produtores de violência, e o tema da sexualidade por diversas vezes não é tratado de forma aberta, mas em um contexto de omissão e silêncio. As casas de acolhimento como assumindo esse espaço, mesmo que transitório, de ambiente familiar, deve se colocar nesse papel de não só educar para os direitos sexuais, como também evitar possíveis revitimizações. Já o processo de racialização dessas jovens precisa ser estimulado nos seus sistemas (micro, meso, exo, macro), pois a ausência disso perpetua a engrenagem que move o racismo estrutural, negando a existência das adolescentes, colocando o gênero, a fase do desenvolvimento, a classe social e as violências sofridas como as únicas características que podem produzir algum tipo de dano em sua saúde mental. Respondendo à pergunta anteriormente citada de Hooks, sim, ser mulher e ser preta, é ser também uma mulher.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à CAPES pelo investimento e apoio à pesquisa, ao Laboratório de Estudos sobre Violência contra Crianças e Adolescentes (LEVICA) pela partilha de conhecimento e engajamento na causa e às adolescentes e equipe técnica participantes da pesquisa, pela disponibilidade e por seguirem fazendo muito do pouco que lhes é ofertado.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo II*. Experiência vivida, 1967.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal n.º 8.069*, de 13 de julho de 1990. Disponível em: Acessado em 15 de abril de 2018.

BRASIL. Código Penal. Decreto-lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em 21 de setembro de 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em setembro de 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Dados recolhidos do Sistema Nacional de Adoção (SNA)*, de 26 de julho de 2020. Disponível em: <<https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd7205689994434b913f74b5b5b31a2&sheet=e78bd80b-d486-4c4e-ad8a736269930c6b&lang=ptBR&opt=currssel&select=clearall>>. Acesso em: 03 de ago. 2020.

CORDEIRO, R. L. M; FILHO, E.A.B.; SANTOS, G.M.N.C.S.; OLIVEIRA, L.A.; ARAÚJO, R.B. *Meninas de moral: experiências socioeducativas em um bairro popular do Recife*. Psicologia: ciência e profissão, v. 30, n. 1, p. 188-199, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S14198932010000100014&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 06 de jun. 2019.

GALONI, L.L.; PEIXOTO A.C.A. *Inserção Ecológica em pesquisa com adolescentes do sexo feminino em acolhimento institucional: Analisando o processo de desligamento institucional por maioria*. 2020. 105p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

HABIGZANG, L. F.; CORTE, F.D.; HATZENBERGER, R.; STROEHER, F.; KOLLER, S.H. *Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência*. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 21, n. 2, p. 338-344, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010279722008000200021&script=sci_arttext. Acesso em: 09 de mai. 2019.

HOOKS, B. *Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo por Bell Hooks*. Plataforma Gueto. 2014.

MORESCHI, M. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. *Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 494 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf> Acesso em: 20 de ago. 2017.

OLIVEIRA, G. R. *Avaliação da Sexualidade de Meninas Adolescentes em Acolhimento Institucional*; Dissertação de Mestrado; Programa de Pós Graduação em Psicologia; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Campus Seropédica, 2021. Nº do processo 23083.019453/2021-75.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 88 p., 2004.

SACCO, A.M.; KOLLER, S.H. *O método em contexto: Inserção Ecológica em Angola*. In. KOLLER, S.H.; MORAIS, N.; PALUDO, S.S. (Orgs.) *Inserção Ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano*. (pp. 201-214). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016. 328p.

SILVA, E. R. A. *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. 2004. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ipea/direito_a_conviv_familiar_ipea_2004.pdf. Acesso em: 20 de out. 2020.

SOUSA, A. C. G.; e BRANDAO, S. N. *Como é ser adolescente do sexo feminino na periferia?*. *Psicol. cienc. prof.* [online]. v. 28, n. 1, p. 82-97, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000100007. Acesso em: 04 de mai. 2018.

PEIXOTO, A.F.; NOBRE, B.P.R. *A responsabilização da mulher vítima de estupro*. *Revista Transgressões*, v. 3, n. 1, p. 227-239, 27 maio 2015.